COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 950, DE 2007

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Autor: Deputado LUIZ COUTO

Relator: Deputado TADEU FILIPPELLI

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 950, de 2007, de autoria do Deputado Luiz Couto, acresce o artigo 9º-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com o objetivo de vedar, no âmbito do Poder Executivo de cada ente federativo, em processos licitatórios relacionados com a prestação de serviços de publicidade, a participação direta ou indireta de agência publicitária que tenha atuado na campanha eleitoral do respectivo chefe de Poder Executivo.

Na sua justificção, o autor argumenta que a Administração Pública deve conduzir suas atividades em consonância com os princípios nucleares da Constituição Federal, com destaque para os princípios da moralidade, impessoalidade e legalidade.

Assim considerando, e tendo em vista o grande volume de denúncias no noticiário nacional sobre situações de possíveis favorecimentos de agências de publicidade atuantes em campanhas eleitorais na celebração de contratos com entes públicos sob a chefia dos candidatos que ajudaram a eleger, o autor entende que o legislativo tem o dever de fechar

todas as brechas para essas práticas ilegítimas, pelo que propõe a vedação absoluta de participação, em processos licitatórios no âmbito do Poder Executivo, de agências de publicidade que tenham atuado nas respectivas campanhas dos candidatos eleitos.

No prazo regimental não foram oferecidas emendas nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

De fato, é deveras preocupante no nosso País o grau de associação entre detentores do Poder Público e empresários privados com o fim único de satisfazerem os seus interesses políticos e econômicos de ordem pessoal, em total desrespeito ao interesse público, conforme evidenciado de maneira contundente pelas mais recentes investigações conduzidas pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, que têm dominado o noticiário nacional.

Também é certo que muitas denúncias têm sido veiculadas quanto a supostos favorecimentos, por parte de chefes do Poder Executivo, nas contratatações de agências de publicidade que atuaram em suas respectivas campanhas eleitorais.

Contudo, nada obstante reconhecermos a legítima preocupação e nobre intenção do autor, discordamos quanto à medida proposta para coibir a possibilidade de efetivação de favorecimento as agências de publicidade que trabalham em campanhas eleitorais, na forma da vedação, em termos absolutos, da participação das agências que tenham atuado na respectiva campanha do chefe do Poder Executivo eleito, em processos licitatórios conduzidos por entes públicos a ele subordinados, após a sua posse.

O procedimento ora proposto, na verdade, está exatamente na contramão dos próprios princípios que o autor pretende defender, pois contraria os princípios basilares da “impessoalidade”, da “eficiência” e “da igualdade de condições a todos os concorrentes”, dispostos

no art. 37, *caput* e inciso XXI, respectivamente, da Carta Magna, vez que discrimina, sem uma razão objetiva inquestionável, determinadas empresas privadas de poderem participar livremente dos processos licitatórios conduzidos pela Administração Pública, além de prejudicar, em muitos casos, via aumento da competição entre os concorrentes, a obtenção de propostas econômicas mais vantajosas para o ente contratante.

Ademais, se o fato de ter atuado na campanha eleitoral, por si só, pudesse justificar, satisfatoriamente, a vedação proposta para as agências de publicidade, porque não estendê-la às empresas de outros segmentos também contratadas para a campanha do candidato eleito e, principalmente, às empresas que fizeram doações a tal candidato durante o processo eleitoral que resultou na sua eleição?

Qual empresa se mostraria disposta a participar de campanhas eleitorais, se este fato viesse a impedi-la de participar, após a eleição, dos processos licitatórios conduzidos no âmbito da unidade federativa onde ela, por meio da prestação dos seus serviços, ajudou a eleger o candidato diplomado como chefe do Poder Executivo?

Ao nosso ver, o que o País precisa nessa área é aplicar com o devido rigor a legislação existente, pois não temos a menor dúvida de que uma fiscalização mais abrangente e tempestiva pelos órgãos responsáveis, acerca da observância fiel aos ditames da Lei de Licitações e Contratos por parte dos gestores públicos, assim como a aplicação de punição exemplar – política, administrativa, cível e penal - àqueles maus gestores que fraudarem os processos licitatórios, são instrumentos mais que suficientes e eficazes para coibir o tipo de favorecimento visado com a presente proposição.

Em face do exposto, votamos, no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei nº 950, de 2007.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado TADEU FILIPPELLI
Relator